



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

ESTADO DE SÃO PAULO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

(Da Mesa Diretora)

Câmara Municipal de Palmital - SP



PROTOCOLO GERAL 91/2022
Data: 04/02/2022 - Horário: 14:48
Legislativo - PRE 2/2022

*Dispõe sobre a instituição do Arquivo Público da
Câmara Municipal de Palmital.*

Art. 1º Fica instituído o Arquivo Público da Câmara Municipal de Palmital, vinculado a Secretaria da Câmara.

Art. 2º - São atribuições do Arquivo Público da Câmara Municipal de Palmital:

- I. formular a política de gestão de documentos e coordenar a sua implantação no âmbito do Poder Legislativo Municipal;
- II. estabelecer e divulgar diretrizes e normas de gestão e preservação de documentos;
- III. garantir o acesso às informações e arquivos no âmbito da Câmara Municipal, observadas as restrições legais eventualmente aplicáveis;
- IV. coordenar a elaboração e atualização de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal;
- V. assegurar a gestão, preservação e controle dos documentos sob sua custódia;
- VI. dar cumprimento aos prazos estabelecidos nas Tabelas de Temporalidades de Documentos, coordenar a eliminação daqueles desprovidos de valor e garantir a preservação dos documentos de valor histórico, probatório e informativo; autorizar as eliminações de documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Câmara, desprovidos de valor permanente, em conformidade com o artigo 9º da Lei Federal nº 8.159/1991;
- VII. propor programas de ação educativa, social e editorial destinados a estreitar o vínculo da instituição com a comunidade e com vistas à recuperação da memória coletiva e às pesquisas sobre a história do Município a partir do acervo sob sua guarda;
- VIII. acompanhar e contribuir no desenvolvimento de programas de informatização, na gestão de documentos digitais e na instalação de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

Art. 3º - Ao Arquivo Público da Câmara Municipal de Palmital, ficam subordinados tecnicamente todos os arquivos e protocolos do Poder Legislativo Municipal, sem prejuízo de sua subordinação administrativa, com o objetivo de:

- I. assegurar a gestão sistêmica de documentos e informações, inclusive de documentos digitais;
- II. agilizar o acesso aos documentos e informações;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

ESTADO DE SÃO PAULO

III. assegurar a preservação de documentos que encerram valor histórico, probatório e informativo;

IV. promover a integração das atividades nos diversos SETORES/UNIDADES/ÓRGÃOS da Câmara Municipal.

Art. 4º - A Câmara Municipal de Palmital, instituirá a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, grupo permanente e multidisciplinar, que será nomeada dentro do prazo de (30) trinta dias, com as seguintes atribuições:

I. orientar a identificação e avaliação de documentos, visando à elaboração e aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos;

II. promover estudos e orientar a identificação e classificação de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, visando assegurar a sua proteção;

III. colaborar com os setores/unidades/órgãos da Câmara Municipal no trabalho de avaliação da massa documental acumulada;

IV. coordenar os trabalhos de eliminação, transferência e de recolhimento de documentos;

V. auxiliar a implementação da política de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VI. atuar como instância consultiva, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a informações não atendidas ou indeferidas.

Parágrafo único. A comissão mencionada no caput deste artigo, será constituída por 3 (três) integrantes, sendo 2 (dois) servidores efetivos, entre os quais 1 (um) servidor efetivo será escolhido pelo Presidente, 1 (um) servidor efetivo pela Mesa Diretora e 1 (um) Procurador Jurídico da Câmara.

Art. 5º - A eliminação de documentos públicos do legislativo municipal somente será realizada mediante autorização do Arquivo Público da Câmara Municipal de Palmital.

§1º - Os documentos de guarda permanente não poderão ser eliminados após a microfilmagem, digitalização ou qualquer outra forma de reprodução, devendo ser preservados de acordo com o disposto na legislação vigente.

§ 2º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

Art. 6º - O Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores será administrado por três servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, designado pela Mesa da Câmara Municipal dentre os servidores do Legislativo, por meio de Portaria, ficando autorizado a concessão de Gratificação de Função, no percentual de 20% (vinte por cento) do salário base, aos servidores públicos que estiverem desempenhando a função



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

ESTADO DE SÃO PAULO

do Arquivo, observado o que dispõe o Art. 179, da Lei Complementar nº 01 de 27 de maio de 1993.

Art. 7º. São atribuições exclusivas dos responsáveis pelo Arquivo:

- I- manter todo o arquivo limpo e organizado, tanto documentalmente quanto a parte física/móvel;
- II- aplicar as normas vigentes no tocante à guarda documental, mantendo constante comunicação e observância às normas seguidas para com o Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- III- manter estrita observância à Tabela de Temporalidade de Documentos;
- IV- elaborar, quando necessário, os editais, minutas e documentos necessários para eliminação de documentos;
- V- reportar, de imediato, à Diretoria Geral e à Presidência da Câmara, todo e qualquer acidente ou incidente ocorrido no arquivo e respectivos documentos arquivados;
- VI- manter registro de todos os documentos e fornecer cópias quando solicitadas, registrando o solicitante, prazo de entrega e recibo de entrega;
- VII- cuidar para que todos os documentos tenham a devida conservação para que não deteriorem, danifiquem ou rasurem no decorrer do tempo;
- VIII- outras determinações internas expedidas pela Diretoria Geral e pela Presidência da Câmara.

Art. 8º - Ficarà sujeito a responsabilidade administrativa, civil e penal quem contrariar o disposto nesta Resolução, na forma da legislação vigente.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Prof.º Alcides Prado Lacreata, em 27 de janeiro de 2022.

COMISSÕES DE:

Finanças
Justiça

C.M. Palmital, em 09.07.2022

Fabiano José dos Santos
Fabiano Policial
Presidente

FABIANO JOSÉ DOS SANTOS

Fabiano Policial

Presidente da Câmara Municipal de Palmital

TATIANE SOUZA ROGATTI ROSSINI

Tati Rogatti

1ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE **PALMITAL**

ESTADO DE SÃO PAULO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____, DE 27 DE JANEIRO DE 2022
(Da Mesa Diretora)

JUSTIFICATIVA:

Nobres pares:

O presente projeto de resolução, que “Institui o Arquivo Público da Câmara Municipal de Palmital”, é proposição de extrema relevância para a organização administrativa e burocrática do Legislativo Municipal; esta proposição se originou da intenção de buscar novos rumos à Gestão Documental do Legislativo, dando cabo a uma era em que se produziam documentos sem a devida preocupação com a sua conservação, produção consciente e eficiência de um plano de eliminação.

Importante mencionar que é direito assegurado pela Constituição Federal o acesso à informação (art. 5o, inciso XXXIII) e obrigação do Estado a gestão da documentação governamental e a realização das providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (Constituição Federal, art. 216, § 2o), bem como é dever do Poder Público dar proteção especial aos documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Lei Federal no 8.159/1991, art. 1o), somado ao fato do dever da legislação municipal definir os critérios de organização e vinculação dos arquivos municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos (Lei Federal n.o 8.159/1991, art. 21).

Por conseguinte, também o documento produzido desempenha atividade de grande relevância para a Administração, pois são os documentos que registram os atos que envolvem o Poder Público, assim como se trata de importante instrumento de registro da história do Município.

Em paralelo, cria-se a Comissão Permanente de Avaliação Documental, Comissão esta que terá um grande desafio pela frente, dentre eles o de cumprir com suas principais atribuições, quais sejam: de avaliar a documentação e definir os prazos de guarda e destinação documentais; de auxiliar na elaboração de instrumentos de gestão documental; e de zelar pelo cumprimento dos preceitos que



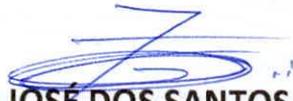
CÂMARA MUNICIPAL DE **PALMITAL**

ESTADO DE SÃO PAULO

norteiam a preservação e disponibilização do patrimônio documental do Legislativo; dentre outras.

Em face da relevância e do interesse público da matéria, solicitamos especial atenção dos nobres pares desta Casa de Leis, para apreciação do referido Projeto.

Plenário Vereador Prof^o Alcides Prado Lacreata, em 27 de janeiro de 2022.


FABIANO JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara


TATIANE SOUZA ROGATTI ROSSINI
1^a Secretária